



Rafael Marques

DIAMANTES DE SANGUE

Corrupção e Tortura
em Angola



LISBOA:
TINTA-DA-CHINA
MMXI

Índice

© 2011, Rafael Marques
e Edições tinta-da-china, Lda.
Rua João de Freitas Branco, 35A
1500-627 Lisboa
Tels.: 21 726 90 28/9 | Fax: 21 726 90 30
E-mail: info@tintadachina.pt

www.tintadachina.pt

Título: *Diamantes de Sangue.*
Corrupção e Tortura em Angola
Autor: Rafael Marques
Revisão: Tinta-da-china
Composição e capa: Tinta-da-china

1.ª edição: Setembro de 2011
3.ª edição: Setembro de 2011
ISBN 978-989-671-085-9
Depósito Legal n.º 334180/11

7	Preâmbulo
	INTRODUÇÃO
11	Metodologia
13	Obstáculos à investigação
20	Estrutura
23	I — BREVE HISTORIAL DE MINERAÇÃO, VIOLÊNCIA E CORRUPÇÃO
37	II — A REFORMA LEGAL, O USO DA FORÇA E A VONTADE POLÍTICA
47	III — O PROCESSO DE KIMBERLEY E OS DIREITOS HUMANOS
56	As influências ocidentais e africanas e o papel das Nações Unidas
62	As sessões plenárias do Processo de Kimberley e as visitas de avaliação ao Zimbabué e a Angola
69	IV — CONTEXTUALIZAÇÃO DAS FORÇAS DE DEFESA E SEGURANÇA
71	Promiscuidade e corrupção nas Forças Armadas Angolanas
75	Desordem militar
79	O poder da Teleservice
82	A Sociedade Mineira do Cuango
90	Cumplicidade institucional
94	Dois casos paradigmáticos
103	O potencial de revolta

109	V — A MANUTENÇÃO DA EXCLUSÃO SOCIAL E O AGRAVAMENTO DA POBREZA
111	O isolamento de Ngonga Ngola, Tximbulagi e a estrada dos políticos
117	A destruição da agricultura de subsistência
121	VI — NARRAÇÃO DOS CASOS DE VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS
123	Os crimes das Forças Armadas Angolanas
169	Os crimes da Teleservice
213	CONCLUSÃO
221	Agradecimentos
223	Fontes e Bibliografia

Preâmbulo

Este livro nasceu da necessidade de dar corpo consistente a um trabalho de investigação sobre a indústria angolana dos diamantes, que decorreu entre 2009 e 2011.

O trabalho de campo consistiu em quatro visitas a diversas zonas de garimpo nos municípios do Cuango (principal região de garimpo em Angola) e de Xá-Muteba, durante as quais realizei centenas de entrevistas, para além de ter tomado contacto com a realidade local e as condições de vida e de trabalho aí prevalentes.

Como se demonstrará, as populações desta região encontram-se sujeitas a um regime de corrupção e violência, de arbitrariedade e impunidade, o qual não deixa dúvidas quanto à adequação do conceito «diamantes de sangue». Quando se negocia com a indústria diamantífera angolana, negociam-se, de facto, diamantes de sangue. A comunidade internacional e as organizações internacionais têm de assumir este facto.

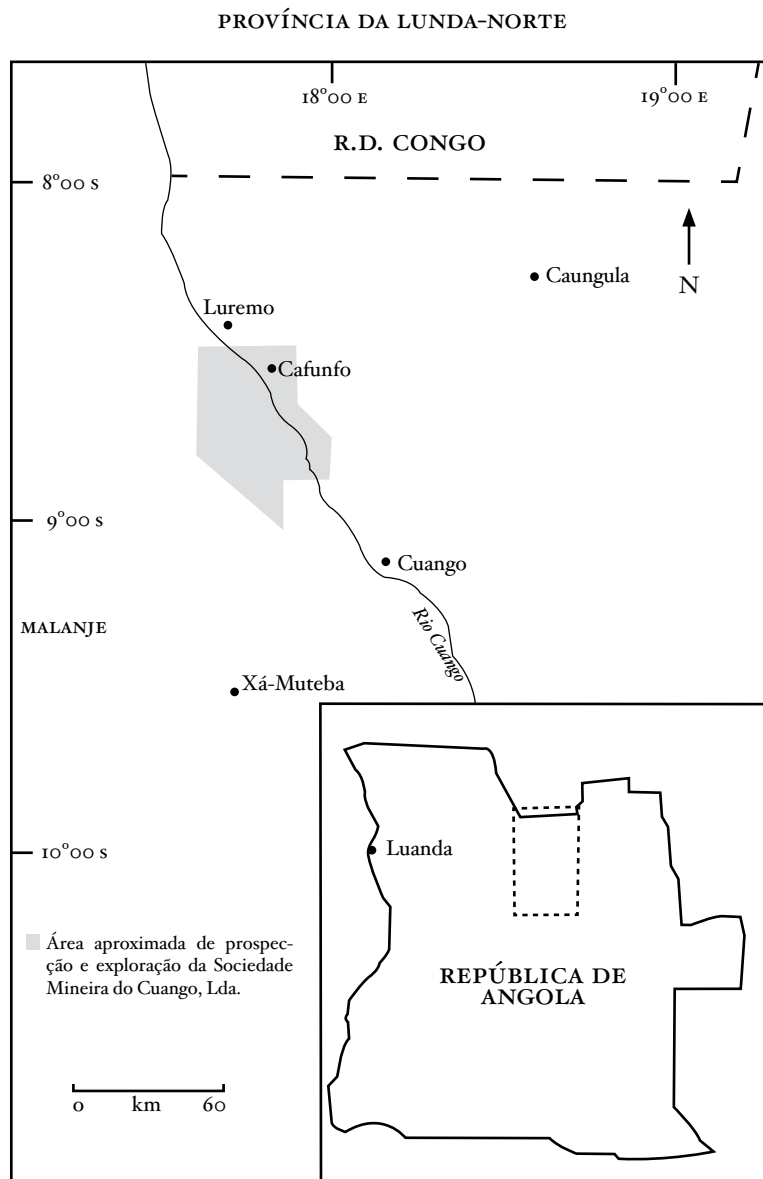
Efectivamente, e apesar de toda a legislação e de todo o discurso oficial em contrário, na prática, as comunidades locais são torturadas e assassinadas, e não dispõem do mais ínfimo acesso a mecanismos legais de justiça. Para além disso, têm sido sistemática e intencionalmente impedidas de desenvolver actividades de sustento que não o garimpo. As terras são-lhes expropriadas, as colheitas destruídas, as únicas vias rodoviárias circuláveis

(do Cuango a Cafunfo e à comuna do Luremo) foram privatizadas e o seu acesso é interdito às populações. Para sobreviver, ficam portanto inteiramente dependentes da actividade de garimpo, e como tal absolutamente vulneráveis aos abusos de poder por parte das forças armadas e de segurança privada, que agem com a total conivência quer das empresas diamantíferas quer das autoridades locais e do governo angolano.

Ao redigir este livro, não pretendi apenas relatar os casos específicos de violação dos direitos humanos, que podem ser consultados no capítulo 6. Pretendi também demonstrar, através dos textos de enquadramento dos capítulos 1 a 5, que esses casos não são um mero somatório de «acidentes» individuais, uma espécie de casos infelizes de uma história que em tudo o mais funcionasse legitimamente. Na origem da corrupção e da violência no Cuango encontram-se problemas estruturais, de natureza política e socioeconómica, que procurarei explicar na Conclusão.

A publicação do relatório tem como objectivo não apenas denunciar e divulgar as deploráveis condições de vida e de trabalho no Cuango, como também influenciar a atitude e as decisões do governo angolano, da Assembleia Nacional, do Processo de Kimberley e do Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas, chamando a atenção da comunidade internacional para as constantes violações dos direitos humanos. Finalmente, e mais importante que tudo, gostaria de contribuir para que as populações angolanas, dentro e fora da Bacia do Cuango, exerçam plenamente a sua cidadania, deixando de tolerar os abusos e os crimes que dominam as regiões diamantíferas.

INTRODUÇÃO



[10]

Metodologia

O presente relatório abrange um período de um ano e oito meses, entre Junho de 2009 e Março de 2011, e circunscreve-se aos municípios do Cuango, enquanto principal região de garimpo no país, e de Xá-Muteba, por extensão das concessões mineiras a esta localidade fronteiriça.

Com uma população estimada em cerca de 150 mil habitantes, a região do Cuango situa-se no extremo sul da província da Lunda-Norte, com uma extensão territorial de 6818,8 quilómetros quadrados. Xá-Muteba, com cerca de cem mil habitantes, localiza-se na outra margem do Rio Cuango.

O principal procedimento, na elaboração do relatório, foi a recolha directa de depoimentos orais de vítimas da violência associada à exploração de diamantes e, nos casos fatais, de testemunhas oculares e familiares. O facto de o garimpo se organizar informalmente, em grupos, facilita a narração de múltiplas situações de violência por parte de representantes desses grupos. De igual modo, autoridades tradicionais, agentes da repressão e cidadãos preocupados têm proporcionado valiosas contribuições ao trabalho, com os seus depoimentos. Trata-se, de forma objectiva, de dar voz aos que não a têm, assim como de expor o clima de violência e o isolamento a que as comunidades locais estão sujeitas.

De forma constante e voluntária, um selecto grupo de activistas locais e membros das diversas comunidades radicadas na

[11]

região têm monitorizado e registado casos de violação dos direitos humanos. Ainda que incipiente e sem estrutura organizacional, esta iniciativa faz parte de um esforço da formação de consciência local e da solidariedade, procurando afirmar e defender os direitos dos cidadãos e esclarecer a relação entre o indivíduo e o Estado. Foi a interacção permanente com esta rede informal, ao longo dos últimos seis anos, que me permitiu realizar trabalhos mais aprofundados de investigação e de cruzamento de informações a partir de várias fontes.

No decurso das investigações, no período em apreço, foram realizadas quatro visitas ao Cuango. As investigações em Xá-Muteba limitaram-se, no essencial, à margem do Rio Cuango, que eu atravessei sempre que necessário. As viagens de ida e volta ao Cuango, por estrada, com passagem obrigatória por Xá-Muteba, também facilitaram a recolha de dados nessa localidade.

Por sua vez, os activistas locais efectuaram igual número de visitas a Luanda, no mesmo período, para conferir dados e expor publicamente a situação dos direitos humanos na região.

A generosidade de algumas entidades nacionais e estrangeiras, que partilharam documentos importantes (os quais serviram de fontes primárias de informação), permitem um enquadramento mais abrangente do relatório na relação entre as causas e os efeitos.

Obstáculos à investigação

Furto de documentos

É importante referir as dificuldades que se fizeram sentir na realização deste trabalho, bem como os perigos advenientes. Aquando do embarque para sair de Angola, em Março de 2011, a minha mala foi arrombada e grande parte das minhas notas, recolhidas em finais de Fevereiro, na última visita ao Cuango, misteriosamente roubada.

Os documentos roubados incluíam mais de 70 formulários de ocorrência de casos de tortura e vários de homicídio. Esses formulários continham números de telefone de vítimas, familiares e informantes, assim como os nomes destes e várias fotografias comprovativas dos níveis de violência. Havia também documentos relevantes de algumas instituições responsáveis pelos abusos, correspondência útil ao trabalho e papéis pessoais.

Como resultado do roubo, perdeu-se a maioria dos casos referentes à Sociedade Mineira de Luminas¹, um projecto em funcionamento no município do Cuango, com uma área total de cerca de três mil quilómetros quadrados e sediado na comuna do Luremo. A empresa privada K&P, responsável pela segurança da Luminas, usa as mesmas práticas de tortura que as Forças Armadas Angolanas (FAA) e a empresa privada de segurança Teleservice, organizações sobre as quais este relatório se centra. No entanto, devido ao roubo dos documentos, que impossibilitou o fornecimento de provas inequívocas dos crimes, optou-se

1 A Luminas é uma sociedade mista entre a Endiama (38 por cento), Lev Leviev (49 por cento) e a empresa angolana Twins Ltd (13 por cento), do General António dos Santos França «Nдалu».

por excluir o comportamento desta empresa. O mesmo se aplica à Alfa-5, uma empresa privada de segurança maioritariamente detida pela Endiama² e que providencia serviços à Sociedade de Desenvolvimento Mineiro (SDM)³, cujas operações se encontram temporariamente suspensas.

Este revés, em parte resultante da minha negligência, pois deveria ter tomado precauções para preservar os dados em segurança, expõe algumas pessoas a eventuais represálias, uma vez que são revelados a sua identificação e os seus contactos. Outrossim, afecta o moral das pessoas que, de forma engajada, partilharam as experiências de tortura de que foram vítimas ou testemunharam barbaridades. Para muitas delas, os meus relatórios, que têm sido impressos e amplamente distribuídos no Cuango, tornaram-se o seu único registo e o seu único instrumento para procurar obter justiça.

Numa perspectiva optimista, os documentos em posse dos ladrões oferecem-lhes, em primeira mão, o acesso a um trabalho feito com transparência, rigor e boa-fé, e demonstram-lhes que os casos reportados podem ser dirimidos em tribunal por suficiência de queixosos e testemunhas.

Casos de homicídio e mutilação de mulheres

O furto do material de investigação afectou particularmente os casos de homicídio e posterior mutilação dos corpos de mulheres, o que não permite incluí-los no presente relatório. Não quero, no entanto, deixar de os referir aqui. As suspeitas e

² *Diário da República*, 1993:655-9.

³ A SDM é uma empresa de capitais repartidos, de forma igual, entre a Endiama e a Odebrecht, e a sua concessão ocupa uma área de três mil quilómetros quadrados na área.

conjecturas das comunidades e entidades locais sobre tais actos dividem-se em duas teses. Por um lado, há a crença de que se pratica a extracção e venda de órgãos de mulheres para a geração de riqueza no negócio dos diamantes, através de rituais de magia. Por outro, aventa-se a possibilidade de alguns actos serem destinados a semear o terror e o pânico nas comunidades, forçando-as a abandonar as lavras, cujas terras são reclamadas pela concessionária Sociedade Mineira do Cuango e cobiçadas por compradores da Sodiam e da Ascorp, que ilegalmente financiam grupos organizados de garimpeiros.

Não é possível reconstituir as diligências realizadas e os depoimentos prestados ao longo da investigação destes casos a partir de Washington, cidade de acolhimento para a elaboração final do relatório. Por conseguinte, assinala-se apenas a sua ocorrência, recorrendo aos escassos dados contidos em apontamentos que se mantiveram na minha posse e a algumas entrevistas por telefone.

O primeiro caso registado em 2010 ocorreu a 3 de Janeiro. Uma camponesa foi encontrada morta na sua lavra, na área do Pone, queimada e mutilada. Tinham-lhe sido removidos os órgãos genitais.

A 28 de Maio de 2010, Isabel Afonso Ngoiosso, 41 anos, foi morta em Kaihuso, a cerca de 250 metros do posto de observação da Teleservice. Os assassinos atearam fogo ao seu corpo. De acordo com os familiares, os agentes da polícia registaram o homicídio como sequência de um acto de violação sexual e deram por encerrado o caso.

No espaço de apenas duas semanas, três mulheres perderam a vida em Cafunfo, no município do Cuango, e os seus corpos foram mutilados como se descreve a seguir.

A 1 de Julho de 2010, a cidadã Anita, do Bairro 4 de Fevereiro, foi encontrada morta. Tinham-lhe sido arrancados os órgãos genitais, a língua e os dedos indicadores de ambas as mãos.

Na semana seguinte, a 9 de Julho de 2010, Maria da Conceição, 18 anos, natural da comuna do Luremo e residente no Bairro Gika, apareceu morta e mutilada. Tinham-lhe sido removidos os olhos e os órgãos genitais.

Por sua vez, a 12 de Julho de 2010, apareceu morta, na margem do Rio Luo, a cidadã Napassa Suzana. O assassino cortou a língua e os órgãos genitais da vítima, que foi vender a um comprador de diamantes por US\$6000, segundo consta. Por denúncia do irmão do presumível comprador, agentes da Polícia Nacional detiveram o carnicheiro em flagrante posse dos órgãos genitais. Tinha-os num pequeno embrulho. Um membro da comunidade local contou o sucedido à Rádio Ecclesia, no sentido de garantir o registo público do crime. O Tribunal Provincial da Lunda-Norte condenou José Caele a 22 anos de prisão por homicídio.

A 15 de Outubro de 2010, Cataneza Muatichico, 58 anos, natural do município de Caungula, foi morta na sua lavra, na área do Pone. Removeram-lhe os órgãos genitais e atearam fogo ao seu corpo. A partir de Washington, por via telefónica, foi possível tomar conhecimento e confirmar, por via de activistas, familiares e entidades religiosas, mais três casos ocorridos nos meses de Janeiro, Março e Abril deste ano. Pela sua crueldade e por se enquadrarem no padrão de homicídio que tenho vindo a expor, revelam-se também as identidades das vítimas.

Santinha Hutchica, também conhecida por Maria Uzaca, 44 anos, natural do município de Caungula, foi encontrada morta no seu leito, a 18 de Janeiro de 2011, com o gargalo de uma garrafa espetado na garganta. Removeram-lhe a língua e os órgãos genitais.

A 24 de Março de 2011, Ana Maria Txivota, 55 anos, natural do município do Lubalo, província da Lunda-Norte, foi morta na sua lavra, na área do Pone. Removeram-lhe os órgãos genitais.

Lotinha Utende Catoco, 61 anos, natural da comuna do Luremo, município do Cuango, foi morta a 21 de Abril de 2011, na sua lavra, na área do Pone. Removeram-lhe parte da língua e os órgãos genitais. Um casal de camponeses testemunhou, escondido, a barbárie que vitimou a vizinha. Entidades policiais em Cafunfo, sob anonimato, confirmaram-me, por telefone, a detenção de suspeitos, identificados pelo casal de camponeses, mas negaram a mutilação do corpo.

Ao nível do município, a Polícia Nacional reconhece apenas o caso de Napassa Suzana como o único de remoção de órgãos genitais de que teve conhecimento. Todavia, admite a existência de superstições segundo as quais o assassinato macabro de mulheres e o uso dos seus órgãos em rituais mágicos podem gerar fortunas na extracção e no negócio de diamantes. Em nome da família, um dos irmãos, Jacinto Txamua, confirmou-me, telefonicamente, a mutilação do corpo de Lotinha Utende Catoco. «Nós identificámos a mutilação. Não podemos esconder a verdade», afirma Jacinto Txamua. Segundo ele, «as mulheres que estão a ser mortas nas lavras estão a ser mutiladas. Estão a remover-lhes os órgãos genitais e as autoridades têm conhecimento disso, mas estão a tentar abafar o assunto». Dinis Muatxicanje, amigo da família, corroborou o depoimento de Jacinto Txamua. «Fui eu que cobri o corpo da falecida e coloquei-o no carro. O comandante da esquadra da Polícia Nacional em Cafunfo, superintendente Miguel dos Santos, estava presente no acto», disse. O esposo da finada, Joaquim Francisco, foi mais reservado no seu testemunho. Afirma não ter feito parte das buscas, lamenta o estado da justiça no país e o modo como «a polícia ignorou

a morte da minha mulher». Na sua qualidade de cristão, conta que os assassinos concederam à esposa o desejo de realizar a sua última oração antes de ser enforcada, uma informação que obteve dos depoimentos prestados pelos principais suspeitos à Polícia Nacional.

Casos com insuficiência de dados

Os casos expostos neste relatório, envolvendo mais de 119 mortos e 500 torturados, são apenas uma pequena amostra de um quotidiano de violência que é difícil descrever. Por exemplo, excluiu-se a descrição do assassinato de 34 garimpeiros em 2010, mortos a tiro, nas margens do Rio Cuango. Num único dia, a 7 de Fevereiro de 2010, foram encontrados, mortos a tiro no mesmo local, 22 garimpeiros. Apesar de haver fortes suspeitas sobre a entidade que perpetrou o massacre, os informantes, que se identificaram, apenas revelaram terem encontrado os corpos, de manhã cedo. Desconheciam as identidades das vítimas. Nos restantes casos, os informantes preferiram não revelar as suas identidades, desconhecendo-se também as das vítimas, o que é comum nas áreas de garimpo.

Os casos que este relatório descreve limitam-se, portanto, àqueles acerca dos quais disponho de dados suficientes para facilitar as investigações judiciais e o arrolamento de testemunhas para o efeito.

Limitações quantitativas

O facto de este trabalho ter sido realizado de forma voluntária e sem qualquer cobertura ou apoio institucional impede uma ex-

tensão da recolha, da análise e do tratamento de dados a outras áreas de garimpo nas províncias de Lunda-Norte e Lunda-Sul, que totalizam perto de 200 mil quilómetros quadrados. Também inviabiliza a capacitação alargada de activistas locais, e a sua dotação com equipamento básico, como máquinas fotográficas, gravadores e outros meios para disseminar a informação. Augura-se a realização, a seu tempo, de um trabalho mais completo e extensivo a toda a região das Lundas.

Porém, as dificuldades têm permitido estabelecer extraordinários elos de solidariedade e empenho voluntário que despertam um sentimento pedagógico de responsabilidade social entre os membros das comunidades afectadas e os cidadãos genuinamente preocupados com a situação dos direitos humanos na região.

e debates públicos para assegurar o contributo dos diamantes na redução da pobreza e no melhoramento das condições sociais das comunidades residentes nas zonas de exploração»³⁸. Talvez este tipo de tomadas de posição e de declarações de intenção seja suficiente para que o PK ignore as verdadeiras circunstâncias em que decorre o garimpo diamantífero em certas regiões de Angola.

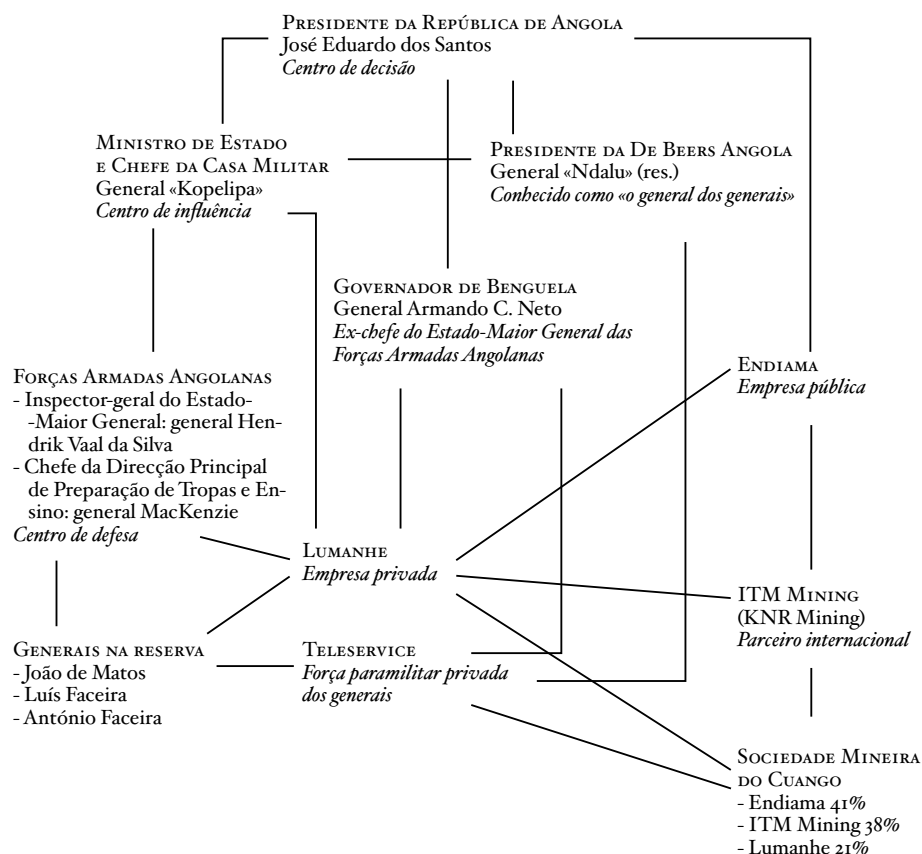
Numa breve avaliação das posições adoptadas em relação aos casos de Marange e do Cuango, é notório o uso dirigido do PK e do conceito de respeito pelos direitos humanos para fins geopolíticos e estratégicos, assim como comerciais, desconsiderando-se as catástrofes humanas associadas aos diamantes de sangue.

IV

Contextualização das forças de defesa e segurança

³⁸ Preto, 2009. Paulo Mvika exercia, na altura, as funções de director nacional de Minas do Ministério da Geologia e Minas. Este, por sua vez, integra actualmente a pasta da Indústria.

ESQUEMA DE PODER, INFLUÊNCIA E CORRUPÇÃO
DA SOCIEDADE MINEIRA DO CUANGO



Promiscuidade e corrupção
nas Forças Armadas Angolanas

Desde 1992, as zonas de garimpo têm sido disputadas, para enriquecimento pessoal, por altas figuras do exército e membros do regime. A desordem no acesso e controlo de zonas de garimpo, por parte de oficiais superiores do exército, abrandou com o fim da guerra, em 2002, e com a concessão de percentagens em sociedades mineiras a uma selecta casta de oficiais generais. A atribuição de contratos de protecção das zonas de exploração mineira a empresas privadas de segurança constituídas por oficiais generais também contribuiu para o efeito.

A oficialização da participação de membros do governo e de oficiais generais no negócio dos diamantes através das sociedades mineiras e das empresas privadas de segurança não gerou uma situação mais ordeira. Apenas institucionalizou as situações de enorme promiscuidade entre o poder político-militar e o negócio dos diamantes.

A participação de dirigentes nas referidas sociedades constitui crime à luz da legislação angolana. A Lei dos Crimes Cometidos por Titulares de Cargos de Responsabilidade (Lei n.º 21/90), em vigor até Junho de 2010, proibia os detentores de cargos públicos de participação económica em negócios envolvendo o Estado (Art. 10.º, 2). De igual modo, a Lei da Proibidade criminaliza o acto de recebimento, por parte de um agente público, de vantagem económica, através de percentagem em negócio (Art.º 25.º, 1, a).

Os crimes das Forças Armadas Angolanas

Homicídios

CASO N.º 1

VÍTIMA: Paizinho Armando Ngongolo¹, 28 anos, natural do município do Cuílo, província da Lunda-Norte

DATA: 12 de Outubro de 2010

LOCAL: Kahamba, Weji, comuna do Cuango

OCORRÊNCIA: Capturado pelas FAA durante a actividade de garimpo, o jovem foi morto com um tiro na região torácica. Garimpeiros testemunharam que o autor do disparo já havia capturado Paizinho Armando Ngongolo em ocasiões anteriores, nas áreas de Txicuele e Camingongo. Irritado, segundo testemunho de companheiros da vítima, o soldado anunciou de véspera que o mataria por ser teimoso e, quando se preparava para o fazer, outro militar correu para acudir o garimpeiro, em vão.

CASO N.º 2

VÍTIMAS: Zeferino Calongo, 26 anos, natural do município de Capenda-Camulemba, província da Lunda-Norte, e dois cidadãos da República Democrática do Congo, cuja identidade se desconhece.

¹ Como critério, revelam-se os nomes das vítimas, idade e naturalidade para sua melhor identificação e possível localização, caso a justiça assim o entenda. Estes dados permitem, na ausência de endereços postais e dada a mobilidade de muitos garimpeiros, chegar até eles por via de familiares, amigos e comunidades em que se inserem. Em alguns casos aqui relatados, os entrevistados preferiram partilhar apenas os seus nomes, limitando, por isso, o escopo da identificação. Noutros, colegas revelam apenas os nomes de companheiros seus por desconhecimento ou incerteza sobre pormenores exactos, tais como ano de nascimento e naturalidade.

World Diamond Council. «Response of World Diamond Council to 'A New Diamond War' by Rafael Marques», 7 de Novembro de 2006:
<http://www.reports-and-materials.org/World-Diamond-Council-response-to-Marques-7-Nov-2006.doc>, disponível em: Business and Human Rights Resource Centre:
<http://www.business-humanrights.org>

DIAMANTES DE SANGUE

*foi composto em caracteres Hoefler Text
e impresso na Manuel Barbosa
& Filhos, sobre papel Coral
Book de 80 gramas,
no mês de Setem-
bro de 2011.*

